



129  
es

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo em Reexame Necessário/Apeleção Cível nº 0312443-2**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Procuradora:** Iane Andréa de Sá Ferreira Araújo

**Agravado:** José Gomes da Silva Júnior

**Advogado:** Renato Godoy Inácio de Oliveira

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO EM REEXAME NECESSÁRIO/APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CONSUMAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO. INOCORRÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. DESCABIMENTO DA CITAÇÃO POR EDITAL SEM A PRECEDÊNCIA OBRIGATÓRIA DAS DUAS OUTRAS MODALIDADES CITATÓRIAS PREVISTAS NO ART. 8º DA LEF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 414 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É de se destacar que a modificação implementada pela LC 118/05 ao art. 174, parágrafo único, I, do CTN, não pode incidir no caso em comento, uma vez que a presente ação de execução fiscal fora ajuizada anteriormente ao surgimento da supracitada Lei Complementar, a qual possui eficácia prospectiva, sendo correto afirmar que apenas a citação válida (conforme a antiga redação daquele dispositivo) teria o condão de interromper o curso prescricional.

2. A orientação consolidada através de súmula nº 414 no âmbito do STJ, na execução fiscal, só é cabível a citação por edital quando sem êxito as outras modalidades de citação previstas no art. 8º da Lei n. 6.830/80, quais sejam, a citação pelos Correios, e a citação por oficial de justiça.

3. Assim, tomando por base os pressupostos acima descritos, verificou-se da análise dos autos que não foram esgotados todos os meios de citação previstos no art. 8º da LEF, tendo em vista que antes da citação por edital constante na fl. 17, houve apenas a citação por oficial de



130  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

justiça, carecendo, portanto, a citação por AR prevista no inciso I do citado art. 8º da LEF.

4. Logo, constata-se que não foram exauridas todas as modalidades citatórias antes da publicação da citação por edital, de modo que não houve a obediência à previsão da Súmula 414 do STJ, razão pela qual o edital de fl.17, não foi suficiente para interromper o decurso do prazo prescricional, conforme alega o agravante.

5. Portanto, resta cristalino que por inércia da fazenda publica recorrente, transcorreu um lapso temporal superior a 5 (cinco) anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e o início da execução fiscal, levando em consideração a citação válida como marco interruptivo do curso prescricional, razão pela qual não há que se falar na aplicação da Súmula 106, do STJ, tampouco de lesão à previsão contida no art. 194 do Código Civil de 2002 e artigo 219, § 5º do CPC, visto que a prescrição verificada se enquadra como pura e simples e não como intercorrente segundo pretende fazer o crer o recorrente.

6. Recurso não provido por unanimidade dos votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo em Reexame Necessário/Apeleção Cível nº 0312443-2, em sessão realizada no dia 03/10/13, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 03/10/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



131  
2/

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

---

**Recurso de Agravo em Reexame Necessário/Apeleção Cível nº 0312443-2**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Procuradora:** Iane Andréa de Sá Ferreira Araújo

**Agravado:** José Gomes da Silva Júnior

**Advogado:** Renato Godoy Inácio de Oliveira

**Relator:** Dês. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo em face da decisão terminativa que negou provimento ao reexame necessário, restando prejudicado o apelo voluntário, mantendo os termos da sentença que com base nos arts. 219, §5º e 269, IV, do CPC extinguiu a presente execução fiscal por considerar que o auto de infração descrito na inicial foi atingido pela prescrição do fundo do direito.

Alega o Estado agravante que a decisão terminativa que preservou a sentença merece reforma, sob o argumento de que não teria se consumado a prescrição do fundo de direito, tendo em vista que a citação editalícia efetuada em 02/08/2002 (fl.17) serviria como marco interruptivo da prescrição pura e simples.

Afirma, ainda, que teria havido uma interpretação equivocada do teor da Súmula nº 414 do STJ que na sua ótica autorizaria a citação por edital após o insucesso da citação por oficial de justiça.

Desse modo, o fato do feito ter ficado paralisado por quase 8 anos deve ser atribuído, unicamente, á burocracia da máquina judiciária, sendo caso, pois, da incidência da Súmula 106 do STJ.

Por fim, afirma que no caso de ocorrência de prescrição intercorrente, a mesma jamais poderá ser decretada de ofício sob pena de lesão à previsão contida no art. 194 do Código Civil de 2002 e artigo 219, § 5º do CPC.



132  
2

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

---

Tenho por não exercer meu juízo de retratação, razão pela qual apresento a matéria objeto do presente recurso para que seja apreciada por esta 2ª Câmara de Direito Público deste Sodalício.

**É o relatório.**

Recife, 03/10/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



133  
2

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo em Reexame Necessário/Apeleção Cível nº 0312443-2**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Procuradora:** Iane Andréa de Sá Ferreira Araújo

**Agravado:** José Gomes da Silva Júnior

**Advogado:** Renato Godoy Inácio de Oliveira

**Relator:** Dês. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Em que pesem os argumentos trazidos pelo recorrente, tenho que os mesmos não são suficientes para alterar o posicionamento por mim adotado anteriormente, visto que já foram devidamente rechaçados na decisão agravada.

Sobre o tema objeto da presente controvérsia, é cediço que a prescrição da própria pretensão executiva nos termos do art. 174, *caput*, do CTN, ocorre quando transcorridos mais de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a propositura da execução fiscal, sendo atualmente considerado como marco interruptivo da prescrição o despacho do juiz que ordena a citação, isso por força do parágrafo único, I, do referido artigo, modificado pela Lei Complementar 118/05

É de se destacar, contudo, que a modificação implementada pela LC 118/05 ao art. 174, parágrafo único, I, do CTN, não pode incidir no presente caso, uma vez que a ação de execução fiscal fora ajuizada anteriormente ao surgimento da supracitada Lei Complementar, a qual possui eficácia prospectiva, sendo correto afirmar que apenas a citação válida (conforme a antiga redação daquele dispositivo) teria o condão de interromper o curso prescricional.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL -  
PRESCRIÇÃO - DESPACHO ORDENATÓRIO DA CITAÇÃO - CAUSA  
INTERRUPTIVA - ART. 174, I, DO CTN - REDAÇÃO DADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR 118/05. 1. A jurisprudência desta Corte era pacífica  
quanto ao entendimento de que só a citação válida interrompe a  
prescrição, não sendo possível atribuir-se tal efeito ao despacho que



134

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*ordenar a citação. 2. Com a alteração do artigo 174, parágrafo único, I, do CTN pela LC 118/05, passou-se a considerar o despacho do juiz que ordena a citação como marco interruptivo da prescrição, tendo a jurisprudência das Turmas de Direito Público do STJ se posicionado no sentido de que a nova regra deve ser aplicada imediatamente às execuções ajuizadas após a sua entrada em vigor, que teve vacatio legis de 120 dias. 3. Recurso especial provido.<sup>1</sup>*

**TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERRUÇÃO - EFETIVA CITAÇÃO - PROCESSO AJUIZADO ANTES DA VIGÊNCIA DA LC 118/05 - DEMORA NA CITAÇÃO POR MECANISMOS DA JUSTIÇA - REEXAME DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES.** 1. Ajuizada a execução antes da vigência da LC118/05, impõe-se aplicar a jurisprudência desta Corte no sentido de que só a citação válida interrompe a prescrição, não sendo possível atribuir-se tal efeito ao despacho que ordenar a citação. 2. Verificar se a demora na citação decorreu por desídia do exequente ou por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, na presente hipótese, implica reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 07 STJ. 3. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.<sup>2</sup>

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. FATOS OCORRIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO DO INCISO I DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 174 DO CTN PELA LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO SOMENTE PELA CITAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR.** 1. A mera colagem de ementas não supre a demonstração do dissídio a que se refere a alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal de 1988. Nas razões de recurso especial, a alegada divergência deverá ser demonstrada nos moldes exigidos pelo artigo 255 e parágrafos do RI/STJ. 2. Segundo o enunciado nº. 282 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia ao Superior Tribunal de Justiça: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada". 3. O art. 8º, § 2º, da Lei n. 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação há de sofrer os limites impostos pelo art. 174 do Código Tributário Nacional. 4. Os casos de interrupção do prazo prescricional estão previstos no art. 174 do CTN, o qual tem natureza de lei complementar e, por isso, se sobrepõe à Lei de Execuções Fiscais (6.830/80), que é lei ordinária. 5. Não efetivada a

<sup>1</sup> STJ, REsp 945619/RS, T2, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 04/03/2008.

<sup>2</sup> STJ, REsp 1058262 / PE, Rel. Min. Eliana Calmon, T2 – Segunda Turma, DJ 25/11/2008.



135  
✓

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*regular citação do contribuinte antes de transcorridos cinco anos da data da constituição definitiva do crédito tributário, a prescrição há de ser decretada. 6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não-provido (REsp 733904 / RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, T2 - Segunda Turma, DJ 18/11/2008).*

Acrescente-se, ainda, que o disposto no art. 8º, § 2º, da Lei 6.830/80 não é aplicável em relação aos créditos de natureza tributária, uma que não se faz apto a afastar a previsão contida no Código Tributário Nacional, o qual, conquanto instituído por lei ordinária (Lei nº 5.172/66), fora recepcionado com *status* de lei complementar desde o ordenamento constitucional de 1967, que em seu art. 19, §1º, já exigia lei complementar para tratar de normas gerais de Direito Tributário, exigência esta mantida tanto pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (art. 18, §1º) quanto pela Constituição Federal de 1988 (art. 146, III, "b").

A presente ação de execução fiscal, referente a créditos de ICMS do ano de 2000, fora distribuída dentro do prazo fixado para o seu exercício, em 23/02/2001, tendo sido exarado, no dia 16/04/2001 (fl.05), despacho determinando a citação pessoal do executado.

Contudo, de acordo com a certidão constante no verso da fl. 06, datada de 23/11/2001, restou inexitosa a tentativa de citação do executado por mandado em virtude de a empresa não mais existir no endereço indicado.

Instada a se manifestar, a Fazenda Pública exequente peticionou em 27/02/2002 (fls.08/09) requerendo a citação editalícia.

Neste caso, ressalte-se que como a execução fiscal fora interposta antes da vigência da LC 118/05, apenas a citação válida do executado interromperia o curso prescricional.

Por outro lado, a controvérsia do presente apelo tem por tema central a hipótese da citação por edital ter o poder de interromper o decurso do prazo prescricional.

Nesse tocante, de acordo com orientação consolidada através de Súmula nº 414 no âmbito do STJ, na execução fiscal, só é cabível a citação por edital quando sem êxito as outras modalidades de citação previstas no art. 8º da Lei n. 6.830/80, quais sejam, a citação pelos Correios, e a citação por oficial de justiça.



136  
6

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

---

Eis o teor da Súmula nº 414 do STJ:

**"A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades."**

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ:

Ementa AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. NECESSIDADE DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DAS DEMAIS MODALIDADES DE CITAÇÃO. SÚMULA 414/STJ. RESP. 1.103.050/BA, REL. MIN. TEORI ZAVASCKI, DJE 06.04.2009. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCLUI PELO NÃO ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO EXECUTADO, AINDA QUE REALIZADAS TRÊS TENTATIVAS PELO OFICIAL DE JUSTIÇA. PODER GERAL DE CAUTELA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A citação é, em regra, realizada na pessoa do citando, somente se admitindo a sua efetivação por outra forma em casos excepcionais, devidamente caracterizados; a citação editalícia, por pressupor a ciência ficta da convocação, é de ser reservada para as situações em que malogradas as tentativas de citação pessoal. 2. Inobstante o Superior Tribunal de Justiça tenha assentado o entendimento de que a citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades, nos termos do Enunciado 414 da Súmula de sua jurisprudência, é preciso que a norma do art. 80., III da Lei 6.830/80 seja interpretada cum grano salis, de maneira a não retirar do Magistrado perante o qual se conduz a execução fiscal a possibilidade, por exemplo, sob o manto da razoabilidade, de exigir-se a prévia cautela do exequente na verificação da existência de algum endereço nos bancos de dados públicos à sua disposição, como o RENAVAM, a Junta Comercial etc., ou, em homenagem ao princípio da economia processual, de evitar a prática de atos processuais desnecessários e despidos de qualquer utilidade. 3. No caso dos autos, verifica-se que houve três tentativas de citação por meio do Oficial de Justiça, todas sem êxito. Todavia, o acórdão recorrido consignou que, apesar da citação por edital produzir efeitos importantes para exequente, tal medida somente deve ser deferida quando esgotados todos os meios de localização do executado, o que não ocorreu no caso em tela. 4. Agravo Regimental desprovido. Processo AgRg no REsp 1307558 / RJ AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2012/0014048-6 Relator(a) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 14/05/2013 Data da Publicação/Fonte DJe 22/05/2013

6





137  
3

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Aliás, saliento que o trecho colacionado pelo recorrente do voto condutor da Súmula nº 414 de autoria do Ministro Teori Zavaski, tem interpretação oposta àquela por ele defendida, pois fica claro da leitura do teor do citado voto que o insigne relator adotou a tese no sentido de que a citação por edital só será admitida nas execuções fiscais acaso tenha se frustrado as tentativas por via postal e por oficial de justiça, senão vejamos:

*"Somente quando não houver sucesso na via postal e na localização do executado por oficial de justiça, fica o credor autorizado a utilizar a citação por edital, conforme dispõe o artigo 8º, inciso III, da lei de Execução Fiscal." (grifo nosso)*

Ora, o trecho acima colacionado deixa bem claro que a autorização da citação por edital requer como precedente obrigatório que tenha falhado as tentativas de se encontrar o executado pelas duas outras modalidades de citação prevista pelo art. 8º da LEF, ou seja, por AR e por Oficial de Justiça, e não apenas desta última, conforme quer fazer crer o recorrente.

Assim, tomando por base os pressupostos acima descritos, verifico da análise dos autos que não foram esgotados todos os meios de citação previstos no art. 8º da LEF, tendo em vista que antes da citação por edital constante na fl. 17, houve apenas a citação por oficial de justiça, carecendo, portanto, a citação por AR prevista no inciso I do citado art. 8º da LEF.

Logo, constata-se que não foram exauridas todas as modalidades citatórias antes da publicação da citação por edital, de modo que não houve a obediência à previsão da Súmula 414 do STJ, razão pela qual o edital de fl.17, não foi suficiente para interromper o decurso do prazo prescricional, conforme alega o agravante.

Percebe-se que transcorreu um lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e o início da execução fiscal, levando em consideração a citação válida como marco interruptivo do curso prescricional.

Portanto, resta cristalino que por inércia da fazenda publica recorrente, transcorreu um lapso temporal superior a 5 (cinco) anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e o



138

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

início da execução fiscal, levando em consideração a citação válida como marco interruptivo do curso prescricional, razão pela qual não há que se falar na aplicação da Súmula 106, do STJ, tampouco de lesão à previsão contida no art. 194 do Código Civil de 2002 e artigo 219, § 5º do CPC, visto que a prescrição verificada se enquadra como pura e simples e não como intercorrente, segundo pretende fazer o crer o recorrente.

Assim, voto pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo a decisão ora combatida em todos os seus termos.

**É como voto.**

Recife, 03/10/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**